

TERMO DE REFERÊNCIA 2/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2024	983677-PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE	DEBORA PEREIRA SILVA	23/02/2024 11:43 (v 2.0)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	4/2024	46/2024

DO OBJETO

O objeto do presente termo é a AQUISIÇÃO DE PEIXES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO MUNICÍPIO DE LAJE /BA, visando atender as necessidades DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO ALIMENTAR NO PERÍODO DA SEMANA SANTA, acompanhados pelos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Laje-Ba, objetivando o atendimento das famílias que vivem na situação acima informada, conforme rege a lei Municipal de Benefícios Eventuais nº 400/2015 de 22 de maio de 2015.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A Contratação, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, procedimento de contratação por Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços como forma de aquisição dos bens pretendidos., **art. 82, inciso V, da Lei nº 14.133/2021** e art. 11 do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis a esta solicitação evento e nas condições de exigências descritas neste termo de referência e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto. O fornecimento de peixes será necessário para atendermos as famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as mesmas serão distribuídas nas ações executadas pela própria Secretaria de Assistência Social.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Justifica-se a necessidade premente da aquisição de peixes para fornecimento às famílias assistidas pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) durante o período da Semana Santa. Esta justificativa se faz crucial devido à importância nutricional, cultural e social que essa ação representa para as comunidades atendidas, diante da:

- 2.1.1.Importância Nutricional:** Os peixes são fontes ricas de proteínas de alta qualidade, ácidos graxos ômega-3 e diversos nutrientes essenciais para uma dieta equilibrada. Considerando que muitas das famílias atendidas pelo PAIF enfrentam carências nutricionais, a inclusão de peixes em sua alimentação durante a Semana Santa é uma oportunidade valiosa para suprir essas deficiências.
- 2.1.2. Respeito à Tradição Cultural e Religiosa:** A Semana Santa é um período de significado religioso profundo para muitas famílias brasileiras. O consumo de peixes durante esse período está associado a práticas culturais e religiosas enraizadas na história do país. Garantir o acesso a peixes para as famílias assistidas pelo PAIF é, portanto, uma forma de respeitar e preservar essas tradições, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso para todos os beneficiários do programa.
- 2.1.3. Promoção do Bem-Estar e Coesão Social:** A distribuição de peixes durante a Semana Santa não se restringe apenas à dimensão nutricional, mas também contribui para o fortalecimento dos laços comunitários e o bem-estar emocional das famílias atendidas. Ao participarem de uma prática alimentar comum durante esse período, as famílias têm a oportunidade de compartilhar experiências, fortalecer vínculos e sentir-se parte integrante de uma comunidade que valoriza suas tradições e cuida de seus membros mais vulneráveis.

Diante do exposto, solicito encarecidamente a inclusão desta aquisição de peixes no site Compras Governamentais, com a devida prioridade, a fim de assegurar que as famílias atendidas pelos programas (Centro de Referência da Assistência Social), com o interesse de incentivar CRAS a interação social das famílias atendidas, BOLSA FAMÍLIA e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social). Considerando o significado do período de Semana Santa, a distribuição de peixes cumpre uma importante função social que é democratizar o acesso de todos a um alimento que faz parte da cultura brasileira. A corvina foi o peixe escolhido para doação, por ser uma espécie mais resistente, de grande consumo para a população e também mais favorecida na comercialização.

3. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

3.1. AQUISIÇÃO DE PEIXES IN NATURA PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, NO MUNICÍPIO, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, terão quantitativo e sua descrição no quadro abaixo:

CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
484415	Peixe IN NATURA Variedade Corvina, Tipo de corte: Inteiro, Apresentação: Com pele, Estado de Conservação: Congelado (A)	Quilograma	4.000	R\$ 16,50	R\$ 66.000,00

Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar:

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência; No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País; Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Regularidade fiscal e trabalhista:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; 2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; 7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

Qualificação Econômico-Financeira:

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

. Caso a mesma não estipule prazo de validade valerá até 30 dias do prazo de expedição

Qualificação Técnica:

. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

2. Licenças de Funcionamento e Alvará de Saúde ou equivalente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da licitante para exercer atividades de comercialização e venda de produtos, válida para o ano em exercício ou conforme dispuser a própria certidão ou a legislação competente

4. DA ENTREGA

4.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, em 3 (três) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento hábil, no local informado na Ordem de Fornecimento.

4.2. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos endereços, prazos e horários indicados na Ordem de Fornecimento.

4.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 48 (quarenta e oito) horas antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5. DO RECEBIMENTO

5.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

5.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições no local devidamente informado neste termo de referência bem como no prazo estabelecido pela Secretaria.

6.2. Substituir os produtos que apresentarem avarias ou que não sejam aqueles especificados neste termo de referência, prazo máximo estabelecido deste termo de referência, sem que dessa troca decorra qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Assistência Social de Laje.

6.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de ordem previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emulamentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes a execução do objeto do Contrato.

6.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados a CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos advindos de imperícia negligência imprudência ou desrespeito às normas de segurança quando da execução do fornecimento

6.5. Submeter-se a fiscalização por parte da contratante.

6.6. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Laje e terceiros, decorrente de culpa ou dolo em razão da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Laje.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa orçamentária decorrente da execução deste contrato correrá à conta das dotações[1] vigentes, especificadas no Contrato decorrente desta licitação, a saber:

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.097 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.32.00

FONTE DE RECURSOS: 1500000001

8. DO PREPOSTO

8.1. O Contratado deverá manter preposto aceito pela Prefeitura Municipal, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário.

8.2. O preposto deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o seu nome completo, número de CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

8.3. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para assinar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, e tratar dos demais assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.

8.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

9. CONDIÇÕES BÁSICAS

9.1. O fornecimento dos materiais deverá estar disponibilizado ao Contratante a partir da assinatura do Contrato.

9.2. Quanto ao quantitativo estimado a ser contratado, só será pago o que efetivamente for consumido.

10. DO PREÇO

10.1. Os preços unitários considerados para o fornecimento dos materiais serão o preço médio ofertado na proposta vencedora.

10.2. No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

10.3. Os preços são fixos e irredutíveis durante o transcurso do prazo de vigência da contratação a partir da data de apresentação da proposta, podendo ser revisados e reajustados na forma legal.

10.3.1. Transcorridos o período de vigência da contratação e, caso haja prorrogação do contrato, os preços poderão ser reajustados, tendo por base a data da apresentação da proposta, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

10.3.2. Para a efetiva aplicação do reajuste, previsto no item acima, a empresa vencedora deverá apresentar sua solicitação por escrito, contendo os demonstrativos e seus comprovantes, para análise e negociação a Prefeitura Municipal.

11. VIGÊNCIA

9.1. Este Registro de Preço tem vigência prevista até 31/12/2024 a partir da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

12. UNIDADE FISCALIZADORA

12.1. A Fiscalização do cumprimento do Contrato caberá a Coordenação de Compras da Secretaria de Administração e Planejamento e Finanças, bem como a Secretaria Municipal de Assistência Social.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária (transferência ou depósito), no prazo de até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal /Fatura, devidamente atestado o cumprimento da obrigação do objeto da licitação.

13.2. Como condição para recebimento de cada pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade fiscal com o INSS e FGTS.

14. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

14.1. O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços realizado pelo Setor de Compras deste Município.

14.2. O Setor Responsável pelas cotações de preços foi o Setor de Compras deste Município, através da Sr Alexandro de Rodrigues Souza

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORA PEREIRA SILVA

DIRETOR ADMINISTRATIVO



Assinou eletronicamente em 23/02/2024 às 11:43:10.